SERVIÇO	% SOBRE A UNIDADE FISCAL
Limpeza Pública	0,75% por metro de testada
Iluminação Pública com Lâmpada Incandescente	1,3 % por metro de testada
Iluminação Pública com Lâmpada de vapor de Mercúrio	1,5 % por metro de testada
Conservação de calçamento	0,6 % por metro de testada
Conservação e Pavimentação Asfáltica	0,75% por metro de testada
Remoção de Lixo domiciliar	0,25% por metro quadrado - de área construida

ARTIGO 2º:- Esta Lei entrará em vigor - na data de sua publicação e terá sua eficácia a partir de 1º de janeiro de 1.978, data em que ficarão revogadas as disposiçoes- em contrário, em especial a Lei Nº 54, de 21 de dezembro de 1.973.

Antonio Celestino Neto

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

::
::
::

Lei 14/80 e revogada pela Lei 303/85

LEI Nº 35 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1.977

"Dispoẽ sobre a cobrança de Taxa de Liçença para - localização e Fiscalização de Funcionamento."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuiçoẽs legais DECRETA a seguinte . . .

LEI -

ARTIGO 1º:- Qualquer pessoa física ou - jurídica que se dedique a produção agro-pecuária, à indústria- ao comércio, às operaçoẽs financeiras, à prestação de serviços, ou à atividades similares, só poderá instalar-se e iniciar suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Licença para Localização de Funcionamento.

ARTIGO 2º:- Considera-se temporária a - atividade que é exercida em determinados períodos descontínuos- do ano, especialmente durante festividades ou comemoraçoẽs, em- instalaçoẽs precárias ou removíveis, como balçoẽs, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 1º:- A taxa de licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

ARTIGO 3º:- O contribuinte para localizar-se, instalar-se e manter suas atividades, pagará a taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento, antes do início de suas atividades, com a aplicação das alíquotas indicadas na tabela do Artigo 8º desta Lei.

§ 1º:- Caso o início da atividade se -

der após 30 junho a Taxa de Licença será arrecada pela metade -

§ 2º:- Nos Execícios subsequentes do - início de suas atividades, os contribuintes a que se refere a- Lei, pagarão anualmente, no mês de julho, a taxa de licença com a aplicação apenas da alíquota correspondente à fiscalização de Funcionamento, indicada na Tabela do Artigo 8º desta Lei, recebendo o respectivo alvará, que fixará em lugar visível dentro - do estabelecimento.

ARTIGO 4º:- A Licença será concedida - desde que as condiçoẽs de localização, higiene e segurança do - estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser -- exercida conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da ordem e da tranquilidade pública.

ARTIGO 5º:- A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condiçoẽs que legitimaram a- cassação da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinaçoẽs da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

ARTIGO 6º:- A modificação das caracte-- risticas do estabelecimento ou a mudança de local ou atividade nela exercidaobrigará o contribuinte a requerer nova licença e a pagar a taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento.

ARTIGO 7º:- Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a Taxa de Licença - para Localização e Fiscalização de Funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior - ônus fiscal.

ARTIGO 8º:- A Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento é devida de acordo com- a tabela abixo e com os períodos nela indicados:

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALIQUOTAS SOBRE O VALOR DA UNIDADE FISCAL (UF)	
	LOCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO
1. INDÚSTRIA		
1.1.Até 10 empregados	50 %	50 %
1.2.De 11 a 20 empregados	100 %	100 %
1.3.De 21 a 50 empregados	200 %	200 %
1.4.De 51 a 100 empregados	400 %	400 %
1.5.Acima de 100 empregados	500 %	500 %
2. COMÉRCIO VAREJISTA		
2.1. de materiais de construção	100 %	100 %
2.2. supermercados	100 %	100 %
2.3. farmácias e drogarias	70 %	70 %
2.4. basar e armarinhos:		
2.4.1. no centro	50 %	50 %
2.4.2. nos bairros	35 %	35 %
2.5. Casas de Carnes, açougue e peixaria; casa de frangos	35 %	35 %

2.6. Panificadora e confeitaria	40 %	40 %
2.7. Restaurante, pizzaria, churrascaria:		
2.7.1.No centro	60 %	60 %
2.7.2.Nos bairros	45 %	45 %
2.8. Hotéis e Pensoẽs:		
2.8.1.No centro	100 %	100 %
2.8.2.Nos bairros	80 %	80 %
2.9. Doçaria e Bonbonieri	40 %	40 %
2.10. Armazéns, empórios e mercearias:		
2.10.1.No centro	45 %	45 %
2.10.2.Nos Bairros	35 %	35 %
2.11. Bar	50 %	50 %
2.12. Quitandas e Frutarias	20 %	20 %
2.13. Pastelaria e lanchonete	40 %	40 %
2.14. Charutaria	40 %	40 %
2.15. Tecidos:		
2.15.1. No centro	50 %	50 %
2.15.2. Nos bairros	35 %	35 %
2.16. Calçados:		
2.16.1. No centro	50 %	50 %
2.16.2. Nos bairros	35 %	35 %
2.17. Loja de Brinquedos	45 %	45 %
2.18. Outros ramos não especificados	45 %	45 %
3. OUTRAS ATIVIDADES		
3.1 Depósito de fogos	50 %	50 %
3.2. Depósito de Bebidas	150 %	150 %
3.3. Depósito de inseticidas e adubos	40 %	40 %
3.4. Depósitos Fechados	40 %	40 %
3.5. Depósitos diversos	40 %	40 %
3.6. Postos de Gasolina	100 %	100 %
3.7. Mercados e entrepostos	80 %	80 %
3.8. Cooperativas	40 %	40 %
3.9. Clubes Esportivos e Sociais	50 %	50 %
3.10. Estabelecimentos de Crédito e Instituiçoẽs Financeiras	600 %	600 %
3.11. Estacionamento de veículos	200 %	200 %
3.12. Transportes:		
3.12.1. Estritamente Municipal, por carro	25 %	25 %
3.12.2. Intermunicipal e ou interestadual, por carro	40 %	40 %
3.13. Hospitais	50 %	50 %
3.14. Clínica Médica, cirúrgica, dentária 3 laboratório de análise clínica ..	70 %	70 %

3.15. Escritórios, Despachantes, representantes comerciais, corretores profissionais liberais e assemelhados	100 %	100 %
3.16. Oficinas mecânicas, funilarias, carpintarias, serralherias, marcenarias, auto elétricas	35 %	35 %
3.17. Oficinas de concertos de sapatos, tinturarias, lavanderias e assemelhados	35 %	35 %
3.18. Instituto de beleza, salão de barbeiro, engraxates, por cadeira	20 %	20 %
3.19. Serviços fotográficos	40 %	40 %
3.2o. Casas lotéricas, e distribuição e captação de apostas de Loteria Esportiva	150 %	150 %
3.21. Ensino:		
3.21.1.1º e 2º Graús	200 %	200 %
3.21.2.Superior	400 %	400 %
3.21.3. Auto Escola	100 %	100 %
3.22. Empresas construtoras, empreiteiras, sub-empreiteiras e assemelhados (com ou sem fornecimento de materiais)	200 %	200 %
3.23. DIVERSÕES PÚBLICAS		
3.23.1. Barracas para vender objetos diversos, bebidas e comertíveis em qualquer local onde se realizam diversoẽs públicas em épocas de festas, exposiçoẽs quando permitidos:		
Por Mês	40 %	40 %
Por Dia	2 %	2 %
3.23.2. Bilhares ou outros jogos de mesa por mesa, por ano	50 %	50 %
3.23.3. Espetáculos cinematográficos em qualquer local, quando permitido	200 %	200 %
3.23.4. Espetáculos Teatraise Circenses:		
Por mês	50 %	50 %
Pos dia	3 %	3 %
3.23.5. Jogos lícitos, carteados ou assemelhados em qualquer local, por ano	200 %	200 %
3.23.6. Jogos de boliche, bocha, por pista, por ano	40 %	40 %

3.23.7.	Parque de diversões, tiro ao alvo ou assemelhados:		
	Por mês	50 %	50 %
	Pos dia	2 %	2 %
3.23.8.	Outas atividades não especificadas	40 %	40 %
3.24.	Concessionário de Veículos, auto motores	100 %	100 %

4. LICENÇA EXTRAORDINÁRIA para estabelecimento que funcionar além do horário normal 50 % da licença ordinária.

ARTIGO 9º:- O contribuinte ou responsável poderá reclamar contra o lançamento de ofício da taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento dentro - do prazo de 20 dias contínuos contados da entrega do aviso do lançamento no seu domicílio tributário.

§ 1º:- Considera-se domicílio tributário para os efeitos das taxas de licença:

1 - O local da residência do contribuinte ou o centro habitual de suas atividades, tratando-se de pessoa física.

2 - O local da sede do contribuinte ou o local do estabelecimento tratando-se de pessoa jurídica.

ARTIGO 10:-O prazo para apresentação de recursos à instancia administrativa superior é de 20 dias contínuos, contados da data da publicação da decisão, em resumo ou data da intimação ao contribuinte ou resposável.

ARTIGO 11:- A reclamação tem efeito suspensivo da exigibilidade das taxas de licença para localização e fiscalização de funcionamento.

ARTIGO 12:- Esta lei entrará em vigor - na data da sua publicação e terá sua eficácia a partir de 1º de janeiro de 1.978, data em que ficarão revogadas as disposiçoẽs em contrário.

Antonio Celestino Neto
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

::
::
::

LEI Nº 36 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1.977

"Dispoẽ sobre a integração no perímetro urbano de núcleos habitacionais localizados fora dele e dá - outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuiçoẽs legais DECRETA a seguinte . . .

LEI -

ARTIGO 1º:- Os núceos populacionais si